

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL



INSERÇÃO DAS TEMÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL

Rosangela Formentini Caldas , Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, <https://orcid.org/0000-0001-6020-9197>, Brasil, r.caldas@unesp.br

Rúbia Martins, Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, <https://orcid.org/0000-0002-9350-0973>, Brasil, rubia.martins@unesp.br

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

1 Introdução

A relação entre desenvolvimento e meio ambiente tornou-se preocupação central da sociedade contemporânea e reflete a crescente tomada de consciência da comunidade (científica, política e civil) internacional sobre os impactos ambientais das atividades humanas.

Os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2000, ao observarem o contexto socioambiental mundial, propuseram oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com a finalidade de intentar um planejamento, que estabelecesse metas para serem cumpridas entre os anos de 2000 a 2015. Como resultados, se observou esforços no alcance de melhorias na condição de vida das populações (Roma, 2019). Assim, na continuidade das preocupações de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, ocorreu a conferência Rio+20, no ano de 2012, que agregou 193 Estados membros da ONU.

A Rio+20 realizada na cidade do Rio de Janeiro/Brasil, obteve um forte engajamento da sociedade civil internacional, como também da ONU e foi de extrema importância para conscientização e geração de propostas para

reduzir os impactos ambientais e sociais, que de acordo com o relatório produzido pela conferência, teve dois temas principais: a economia verde, no âmbito do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável (Guimarães e Fontoura, 2012).

Como resultado principal da conferência houve a produção de um documento que contém medidas práticas para implementação do desenvolvimento sustentável, chamado: “*O Futuro que Queremos*”.

Reconhecido enquanto precursor da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o documento “*O futuro que queremos*” possui como principais temas as seguintes questões: erradicação da pobreza; segurança alimentar, nutrição e agricultura sustentável; água, saneamento e energia; turismo sustentável; transporte sustentável, cidades sustentáveis e assentamentos humanos; saúde e população; promoção do emprego e trabalho pleno, produtivo, digno e para todos; oceanos e mares; pequenos estados insulares em desenvolvimento / países menos desenvolvidos; países em desenvolvimento sem litoral / África / os esforços regionais; mudanças climáticas;

florestas; biodiversidade; desertificação, degradação do solo e seca; montanhas; produtos químicos e resíduos; consumo e produção sustentáveis; mineração; educação; a igualdade de gênero; e empoderamento das mulheres (UN, 2012).

No ano de 2015, dando continuidade aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou o documento intitulado “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015). Trata-se de um plano de ação de alcance global que estabelece diretrizes integradas para promover o desenvolvimento sustentável em suas múltiplas dimensões. A Agenda 2030 estrutura-se em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais abrangem metas inter-relacionadas voltadas à erradicação da pobreza, proteção ambiental, promoção do crescimento econômico e fortalecimento da paz e da justiça social (e ambiental).

A Agenda 2030 (ONU, 2015) constitui-se como um dos documentos mais amplamente referenciados e discutidos da Organizações das Nações Unidas, tanto no âmbito acadêmico quanto nas instâncias governamentais e institucionais, dada sua relevância na formulação de políticas públicas e estratégias globais voltadas a questões referentes ao desenvolvimento sustentável. A abrangência e o caráter normativo (não vinculante) deste documento conferem-lhe, atualmente, papel central na orientação de práticas voltadas à gestão da informação inseridas na questão ambiental, tornando-se um referencial essencial para profissionais da área. A implementação dos objetivos previstos na Agenda 2030 demanda não apenas políticas ambientais, sociais e econômicas, mas também a criação de sistemas eficientes de produção, organização, preservação e disseminação de informações, o que coloca os profissionais da área de informação (especialmente os arquivistas para o nosso presente texto) em posição estratégica para assegurar o acesso, a transparência e a memória institucional relacionadas ao cumprimento das metas estabelecidas no documento.

Pela importante trajetória que as discussões neste contexto têm apresentado, bem como, no olhar crítico e argumentativo para a possibilidade de crescimento sustentável e indispensável aos países, as temáticas ambientais deveriam encontrar-se no cerne dos estudos de formação dos futuros profissionais que poderão tornar-se agentes sociais de auxílio na criação e implementação de políticas públicas e modelos de qualidade de vida que impactam o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Torrance (2018), a argumentação baseada em evidências resultantes de pesquisas, embasam políticas e levantam a questão dos critérios de qualidade no âmbito da educação uma vez que avaliam técnicas e propostas empregadas em outros contextos. Como por exemplo, iniciativas de algumas universidades e/ou de associações profissionais, desenvolvem seus próprios critérios que firmam discussões sobre a qualidade de ações em torno de questões de engajamento, deliberação, ética e do desejo de reconectar a investigação crítica aos processos democráticos.

Diante dessa realidade, emerge a seguinte questão: Como a integração dos tópicos referenciados à sustentabilidade e à temática ambiental, nas grades curriculares dos cursos de arquivologia do Brasil, poderiam contribuir tanto na formação dos profissionais arquivistas, quanto para as instituições documentais em prol inclusive dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS/ONU)?

O objetivo do estudo foi o de verificar nas grades curriculares dos cursos de arquivologia do Brasil, a existência de disciplinas que abordam as temáticas ambientais e de sustentabilidade uma vez que se faz mister, analisarmos se e de que modo a questão ambiental vem sendo tratada pelos cursos de Arquivologia no Brasil.

2 Referencial Teórico

O conceito de desenvolvimento sustentável elaborado pela Comissão Brundtland e apresentado à comunidade internacional no

ano de 1987 após a publicação do Relatório Brundtland, tornou-se aspecto central das discussões sobre meio ambiente, sociedade e desenvolvimento a partir de sua legitimação durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92.

Segundo Martins (2005, p. 17), “O conceito de desenvolvimento sustentável foi definitivamente legitimado e absorvido pela comunidade internacional e científica mundial a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD, mais conhecida como Rio-92).” Segundo a autora:

Não há consenso em torno do significado de desenvolvimento sustentável ou se realmente tal conceito tem mesmo algum sentido no interior do quadro econômico e institucional atual, o capitalismo.

O fato é que nos últimos tempos, os problemas relativos à questão ambiental e à implementação do desenvolvimento sustentável - que intenta obter crescimento contínuo da economia aliado à preservação ambiental de maneira responsável - vêm se constituindo num dos maiores desafios à humanidade. A perpetuação da vida na Terra depende de ações políticas que revertam o processo de intensa exploração ambiental em vista da expansão do livre mercado.

Isto posto, o desenvolvimento sustentável tem figurado como um dos temas centrais da política global, no momento em que é preciso rever o modo de desenvolvimento econômico industrial adotado por todo o planeta (com raras exceções).

Definido como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, o novo modelo passou a orientar políticas públicas e ações globais na condução e elaboração de programas e metas de enfrentamento das problemáticas ambientais cuja ideia central,

segundo Sachs (2011), consiste na integração entre as dimensões ambiental, social e econômica.

O protagonismo da temática ambiental no cenário internacional foi significativamente ampliado a partir da adoção da Agenda 2030 (ONU, 2015) pelos 193 Estados membros da Organização das Nações Unidas. Conforme afirmado em nossa introdução, a Agenda 2030 consolidou um plano global estruturado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O documento reafirma a centralidade das questões ambientais como indissociáveis das dimensões social, econômica e institucional do desenvolvimento. Dentre as metas propostas, observa-se a valorização da participação social nas decisões relacionadas a problemáticas ambientais, à promoção de cidades sustentáveis e inteligentes, bem como ao fortalecimento de mecanismos de governança democrática e inclusiva. Nesse contexto, a informação ambiental adquire um papel estratégico, sendo reconhecida como um instituto essencial para a transparência, a participação cidadã e o monitoramento das políticas públicas voltadas à sustentabilidade. A presença transversal da informação ambiental na Agenda 2030 impõe desafios e responsabilidades aos profissionais da informação que passam a desempenhar funções estruturantes na mediação entre dados ambientais, memória institucional e processos decisórios. Dessa forma, reforça-se a necessidade de atuação crítica, ética e tecnicamente qualificada desses profissionais na consolidação de uma cultura informacional voltada à justiça ambiental e ao direito à informação.

[...] a informação assume caráter essencial na construção das sociedades, uma vez que possibilita interações necessárias para a formação das percepções. Torna-se, então, um elo entre a forma como o indivíduo percebe o mundo e a concepção da sociedade sobre o mesmo tema. É com base na informação acessível a todos que se torna possível a construção da percepção extra-sensorial coletiva. Da mesma forma, a informação

somente existe em razão da coletividade e, nessa perspectiva, importa muito mais o comportamento do destinatário em relação à informação que a intenção do informante ao difundir os dados. (Bertoldi e Rosa, 2019, p. 237).

Assim sendo, a informação ambiental conforme preconizado pela Convenção de Aarhus (ONU, 1998) caracteriza-se como todo e qualquer conteúdo informacional que possibilite conhecer, monitorar e avaliar as condições ambientais e os riscos potenciais ao equilíbrio ecológico. Segundo Martins (2024), a disponibilidade e acessibilidade de dados ambientais confiáveis, compreensíveis e tempestivos é de fundamental importância para a concreta participação social. Nesse sentido, a confiabilidade, a compreensibilidade e a tempestividade perfazem as três mais importantes características pertencentes à informação ambiental.

No Brasil, a Lei nº 10.650 (Brasil, 2003) assegura o direito de acesso à informação ambiental e preconiza a transparência e a participação social sobre ações que impactam o meio ambiente. Sistemas como o SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) e instituições como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) são responsáveis por coletar, organizar e disponibilizar essas informações, o que evidencia a importância de estruturas informacionais bem definidas.

Machado (2018, p. 50) destaca que o direito à informação perfaz um dos pilares de constituição e manutenção do estado democrático de direito e afirma ainda que podemos citar o conceito de *Estado da Informação Democrática de Direito* como aquele que abrange a “[...] informação democrática, onde a isonomia possibilite a todos, sem exceção, acessar a informação existente, ou recebê-la, em matéria de interesse público ou geral. “Estado de Direito” porque tanto o acesso como a divulgação da informação não são absolutos, estando subordinados às normas legais preexistentes e à interpretação e decisão dos tribunais, nos casos conflitantes.”

Dessa forma, a Ciência da Informação, ao lidar com processos de produção, organização, mediação e uso da informação (Capurro; Hjorland, 2007) contribui para a construção de sistemas que tornam a informação ambiental acessível e inteligível para diferentes públicos. Já a Arquivologia ao analisar e promover a gestão documental, a preservação e o acesso a documentos de arquivos (Bellotto, 2008), assegura a estruturação institucional, registros e acessos das atividades ambientais, preservação e memória ambiental, bem como fornece à gestão pública instrumentos de planejamentos para efetivação de políticas ambientais.

Em consonância, a Ciência da Informação e a Arquivologia engendram uma cultura informacional voltada à responsabilidade socioambiental, integrando conhecimento científico, políticas públicas e participação social.

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa possui abordagem qualitativa do tipo descritiva e exploratória, que segundo Denzin e Lincoln (2018) este procedimento é sistemático e eficiente para avaliar e revisar documentos, examinando-os e interpretando-os para extrair significado. O método utilizado foi a análise documental que, segundo Bohnsack (2014) é o mais indicado para este campo de pesquisa que envolve avaliação e educação escolar, como também a expressão das culturas no ensino superior e o desenvolvimento humano.

Para esta pesquisa, o método documental foi considerado como um aparato completo e complexo para analisar a qualidade dos dados uma vez que é uma etnometodologia que em estudos destacados da literatura, atuou na sociologia do conhecimento para demonstrar a prática da existência dos fenômenos. Isso vem exatamente ao encontro da nossa coleta que foi composta de: Planos de ensino, projetos políticos pedagógicos e legislações elaboradas por um coletivo de profundas e longas jornadas de experiências profissionais.

Assim, acreditamos que este método foi uma valiosa forma para ser utilizado no âmbito da

pesquisa em educação em prol do alcance dos nossos objetivos e portanto, seguimos a reflexão proposta por Bohnsack (2014) para as duas etapas consecutivas de interpretação que se fizeram presentes na coleta e análise dos dados. A primeira foi a análise interpretativa na qual demos significado aos dados analisados compreensíveis para a tomada de decisões e posteriormente, a análise temática reflexiva que envolveu a abordagem crítica do detalhamento dos conteúdos existentes nos materiais coletados.

Seguimos ainda, a ordem tópica dos dados coletados diferenciando-os entre tópicos primordiais (TP), tópicos subordinados (TS) e tópicos sub-subordinados (TSS). Para cada item da ordem tópica, o tratamento foi realizado da seguinte maneira: I) Tópicos primordiais (TP) – o conteúdo disponibilizado primeiramente nas páginas dos cursos de arquivologia, referenciando-os por departamentos e/ou no contexto geral das Instituições de ensino superior e depois, nas disciplinas dos próprios cursos de arquivologia ou se inseria em outros cursos afins. II) Tópicos subordinados (TS) – o recorte realizado nos documentos, sobre as palavras-chave que envolviam o tema de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, agenda 2030, objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) e ambiente. III) Tópicos sub-subordinados (TSS) – referenciado ao contexto no qual os tópicos subordinados encontravam-se inseridos, por exemplo: o conceito e o título dados às disciplinas ofertadas, a condição da disciplina como obrigatória ou optativa e como se daria o impacto na formação profissional dos arquivistas.

3.1 Universo do estudo

Segundo o CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos), o Brasil possui 17 (dezessete) universidades que oferecem o curso de arquivologia no nível de graduação. Dentre essas, 13 (treze) são federais, 04 (quatro) estaduais e 01 (uma) unidade é um Centro Universitário.

O CONARQ é um órgão colegiado idealizado no âmbito do Arquivo Nacional e estruturalmente

interligado ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Brasil^[1]. Tem por finalidade, definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Assim, entendemos ser um órgão fidedigno para procedermos com a nossa recolha de dados.

Participaram deste estudo, 17 (dezessete) instituições, a saber:

- Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI);
- Universidade de Brasília (UnB);
- Universidade Estadual Paulista (UNESP);
- Universidade Estadual de Londrina (UEL);
- Universidade Estadual da Paraíba (UEPB);
- Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB);
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM);
- Universidade Federal do Amazonas (UFAM);
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ);
- Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);
- Universidade Federal do Pará (UFPA);
- Universidade Federal do Rio Grande (FURG);
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Universidade Federal Fluminense (UFF).

Para uma melhor compreensão da conjuntura dos dados coletados no contexto das instituições, destacamos pontos importantes em cada localidade analisada.

O Centro Universitário Leonardo da Vinci, também conhecido como UNIASSELVI é uma instituição de ensino superior privada localizada na cidade de Indaiá, no estado de

Santa Catarina com sete unidades de ensino presencial denominado campus, sendo forte no ensino à distância (EAD), com mais de quinhentos polos para esta finalidade. Atua nos âmbitos da graduação, pós-graduação e também no ensino técnico. O curso de arquivologia é bacharelado e está no formato EAD com a duração de 06 (seis) semestres. As informações referentes ao curso, estão disponíveis no modo virtual e visa formar profissionais capacitados para compreender, criar, gerir, desenvolver e avaliar formas de preservação e conservação de documentos, fotos, filmes, textos histórico-culturais e outros registros.

Para a UNIASSELVI, a pretensão é a formação de um profissional arquivista que possa atuar diretamente no fluxo da informação, desde a organização, o tratamento técnico da informação documental, a disseminação e a recuperação de vários conteúdos, seja no suporte impresso ou digital.

A Universidade de Brasília (UnB) é uma instituição pública de ensino superior, localizada na cidade de Brasília. É uma instituição que se configura de excelência em relatórios nacionais e internacionais de pesquisa e oferece 138 (cento e trinta e oito) cursos de graduação e uma ampla variedade de cursos de pós-graduação, tanto stricto sensu (mestrado e doutorado) quanto lato sensu (especializações e MBAs). Possui 04 (quatro) campus denominados: Ceilândia, Darcy Ribeiro, Gama e Planaltina.

O curso de arquivologia da UnB é bacharelado e fica no campus denominado Darcy Ribeiro. Tem em média 4 anos de duração com uma carga horária dividida em créditos, sendo o mínimo obrigatório de 14 créditos por semestre e o máximo de 32 créditos. Procura desenvolver por meio de habilidade e competências, um profissional que leva em conta os desafios impostos pela sociedade contemporânea, caracterizada pela busca constante da informação e inovação tecnológica, com uma visão interdisciplinar da realidade, garantindo os direitos e deveres dos cidadãos, dos grupos sociais e comunidades e do Estado. Para a instituição, o perfil desse

profissional deve ser o de questionar, agir, buscar soluções racionais, criativas e inovadoras para garantir a gestão, preservação e o acesso aos documentos e às informações arquivistas, atendendo, às novas demandas sociais.

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) é uma instituição pública reconhecida por sua atuação em ensino, pesquisa e extensão. É uma das maiores e mais importantes universidades do Brasil que está dividida em polos universitários, que estão presentes em 24 cidades do estado de São Paulo. Possui hospitais, editoras, TVs, museus e centros de documentação histórica e institucional. A universidade tem se configurado nas primeiras colocações de relatórios internacionais de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia e inovação e congrega 136 (centro e trinta e seis) cursos de graduação e 167 (cento e sessenta e sete) programas de pós-graduação.

O Curso de arquivologia da UNESP encontra-se na Faculdade de Filosofia e Ciências e está localizado na cidade de Marília. Tem duração de 4 anos e visa formar profissionais com perfil para atuar em diferentes contextos arquivísticos, como arquivos públicos e privados, centros de documentação e instituições de custódia documental sendo o único oferecido por uma universidade pública no estado de São Paulo. A pretensão da instituição é formar um profissional para atuar na gestão, organização, avaliação e utilização de acervos arquivísticos, como também elaborar e implementar políticas, programas e projetos na área.

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) é uma instituição de ensino superior pública, localizada na cidade de Londrina, no estado do Paraná. Formada por 09 Centros de Estudos que abrigam seus 53 cursos de graduação presenciais (bacharelados e licenciaturas), dois cursos de educação a distância e 191 de Pós-Graduação destacando-se em ensino, pesquisa e extensão. Nos relatórios nacionais e internacionais a universidade também se configura como uma das melhores e mais conhecidas universidades do Brasil.

O curso de arquivologia é oferecido na modalidade presencial e tem a duração de 04 anos. A universidade acredita que a demanda por profissionais competentes, devidamente capacitados em gestão documental seja de caráter público ou privado, excede o número de egressos dos cursos nacionais de arquivologia e para tanto, oferta suas vagas para um mercado que amplia a cada dia os avanços das tecnologias de informação; ao volume de informação/documentação que é produzido diariamente e a necessidade de ter um profissional que domine diferentes suportes informacionais para suprir as necessidades de informação dos diversos usuários em vários ambientes, tais como: Centros de documentação, museus, editoras, meios de comunicação, clínicas e hospitais.

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) é uma universidade pública, com sede na cidade de Campina Grande e com oito campi localizados nas cidades de Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, João Pessoa, Patos, Monteiro e Araruna. Possui 48 cursos de graduação e 18 programas de pós-graduação e um museu denominado Museu de Arte Popular da Paraíba projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

O curso de arquivologia da UEPB é bacharelado e fica no campus da cidade de João Pessoa. O tempo mínimo para a sua integralização é de 09 semestres e tem como missão, formar profissionais ético e competentes na área, comprometidos com a transformação e valorização do ser humano para o exercício da cidadania desenvolvendo aparatos teóricos, repertório conceitual e práticas metodológicas próprias.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) é uma instituição pública, localizada da cidade de Salvador e uma das mais importantes instituições do estado da Bahia. Foi classificada internacionalmente como a terceira melhor universidade do Norte-Nordeste e ocupa o quinto lugar no quesito de universidade federal com mais cursos do Brasil. Possui cursos de graduação, pós-graduação, tecnológicos, aperfeiçoamento e cursos livres no formato

EAD, distribuídos nas cidades de Salvador, Vitória da Conquista e Camaçari.

O curso de arquivologia da UFBA é presencial e encontra-se na cidade de Salvador, sendo o primeiro oferecido na região Nordeste do Brasil. Tem por objetivo proporcionar uma formação humanística, técnico científica, crítica e criativa, sensível às inovações da área, dando-lhe uma visão global do meio social onde estará inserido quando da sua atuação profissional. Portanto, sua organização proporciona o direcionamento de ações futuras em busca de uma formação adequada às exigências do atual contexto, respeitando os princípios éticos da atuação profissional voltada para a cidadania.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é uma instituição pública com sede na cidade de João Pessoa no estado da Paraíba. Possui três campi contendo 16 centros de ensino no interior, sendo um deles em Areia, outro em Bananeiras e no Litoral Norte. É reconhecida em pesquisas tecnológicas e atualmente está entre as melhores universidades da América Latina. Oferece 112 cursos de graduação na modalidade presencial e 11 EAD, pós-graduação lato e stricto sensu, escolas técnicas, TV universitária, editora, hospital universitário e veterinário, teatros e um Instituto de Desenvolvimento (IDEP).

O curso de arquivologia da UFPB encontra-se no campus da cidade de João Pessoa, no Departamento de Ciências da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas com a duração mínima de dez períodos letivos. Sua proposta abrange conteúdos teóricos, práticos que permitam formar profissionais capazes de atender ao perfil profissional requerido pelo mercado, contribuindo para o desenvolvimento das competências e habilidades inerentes ao profissional da informação.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é uma instituição pública reconhecida pela sua extensão, cultura, pesquisa científica e geração de patentes em todas as áreas do conhecimento e um dos maiores núcleos de inovação do Brasil. Possui unidades nas cidades de Belo Horizonte, Tiradentes e Montes Claros,

no Estado de Minas Gerais contando com 94 cursos de graduação e se destaca na pós-graduação por sua qualidade, relevância, diversidade e abrangência. Ainda oferta vagas na EAD, na educação básica e técnica e nos cursos de extensão universitária.

O curso de arquivologia da UFMG é bacharelado e localiza-se na cidade de Belo Horizonte no prédio da Escola de Ciência da Informação. Sua duração é de 08 semestres. Tem por finalidade formar profissionais para atuarem na organização de documentos, em seus mais variados suportes e no gerenciamento de arquivos. Desde os primeiros semestres, os estudantes têm acesso a oportunidades como: Estágios remunerados, projetos de pesquisa e atividades de extensão, com a finalidade de ampliar experiências tanto acadêmica como profissional.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é uma instituição pública e se configura como uma das principais universidades do Sul do Brasil e a maior do Estado de Santa Catarina. Possui grande relevância no cenário brasileiro, pois conquistou premiações e rankings internacionais. Oferece 121 cursos de graduação e 157 programas de pós-graduação. Sua sede localiza-se na cidade de Florianópolis e fortalece variadas áreas de desenvolvimento do Estado. No processo de expansão de vagas, abriu novos campi em outras cidades como; Araranguá, Curitibanos, Joinville e Blumenau.

O curso de arquivologia da UFSC surgiu como uma demanda do Estado sendo um bacharelado com a duração de 08 semestres. Tem por missão, integralizar as competências e habilidades ao profissional de Arquivologia, por meio de compromissos firmados com a universidade e também com os órgãos reguladores da área. Como objetivo se propõe a capacitar os indivíduos a atuarem de forma crítica e reflexiva sobre as dimensões da realidade social.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é uma instituição pública localizada no estado do Rio Grande do Sul. São oferecidos 89 cursos de graduação presenciais na cidade de Santa Maria, 08 no município de Frederico

Westphalen, 07 em Palmeira das Missões, 06 em Silveira Martins, 05 em Cachoeira do Sul e 12 na modalidade EAD. Possui TV, hospitais, museus, planetário, editora e orquestra sinfônica.

O curso de Arquivologia da UFSM é presencial na modalidade bacharelado e distribuído em 08 semestres. Tem por objetivo objetivo a formação de arquivistas capacitados a entender, investigar, criar, gerenciar, preservar e proporcionar acesso a documentos e informações arquivísticas, tendo como base uma sólida formação científica, humanística e técnica, compreendendo a diversidade étnico, social e cultural da humanidade, refletindo-se em ações éticas, justas e com responsabilidade social, as quais visam colaborar para o desenvolvimento da sociedade nos âmbitos intelectual, científico, tecnológico, econômico e ambiental, buscando o bem estar dos indivíduos e da coletividade.

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) é uma instituição pública com sede na cidade de Manaus, sendo uma das mais importantes universidades da região Norte do Brasil, considerada uma das primeiras instituições de ensino superior. Possui 109 cursos de graduação e 40 programas de pós-graduação stricto sensu. A área do campus universitário de Manaus é o terceiro maior fragmento verde em área urbana do mundo contando com várias espécies da fauna e da flora brasileira.

O curso de arquivologia da UFAM foi idealizado para atuar em um mercado de trabalho em expansão e busca adequar a sua estrutura, organização e configuração à dinâmica dos movimentos sociais contemporâneos. Tem por objetivo, formar um profissional para atuar na área de Arquivologia em um contexto crítico e criativo a fim de monitorar e apoiar o desenvolvimento social e os avanços científicos e tecnológicos.

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ) é uma instituição pública e um centro de referência em ensino, pesquisa e extensão universitária, figura entre as melhores do mundo no que diz respeito ao desempenho de seus pesquisadores e das

avaliações de agências externas. Foi a primeira instituição oficial de ensino superior do Brasil. Conta com 176 cursos de graduação e 345 de pós-graduação e possui 19 museus e 43 bibliotecas. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro, mas ainda atua em outras cidades como: Duque de Caxias e Macaé.

O curso de arquivologia da UFRJ localiza-se no campus da Praia Vermelha, mas também oferta cursos em Macaé. Forma profissionais com conhecimentos em gestão de documentos, preservação, organização e acesso à informação. Sua duração é de 04 anos e tem por meta alocar no mercado de trabalho, arquivistas responsáveis pela gestão da informação, gestão documental, conservação, preservação e disseminação da informação contida nos documentos. É reconhecido por sua qualidade e tradição no ensino da área.

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) é uma instituição pública com sede na cidade de Vitória e a maior direcionada à pesquisa no estado do Espírito Santo. Oferece 103 cursos de graduação e 62 programas de pós-graduação. Possui quatro campi distribuídos nas cidades de Goiabeiras, Maruípe, Vitória, Alegre e São Mateus. Figura entre as melhores universidades do mundo sendo reconhecida como a segunda universidade brasileira mais mobilizada a cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

O curso de arquivologia da UFES está vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e é ministrado no campus universitário de Goiabeiras, Vitória. Sua duração é de 04 anos (8 períodos). Busca formar arquivistas como gestores de processos documentais, aptos para as soluções de tratamento funcional da documentação, atendendo às demandas administrativas e técnico-científicas de instituições públicas, privadas e organizações não governamentais, além de assessoraria em pesquisa científica, jurídica, administrativa e técnica, bem como em condição de domínio da evolução das tecnologias da informação, com vistas à implementação de sistemas de informação.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) é uma instituição pública, sediada na cidade de Belém. Oferece 154 cursos de graduação e 100 programas de pós-graduação distribuídos em onze diferentes localidades do estado do Pará.

O curso de arquivologia da UFPA é o único no estado do Pará, oferecido na modalidade bacharelado sendo a mais recente das graduações em arquivologia do Brasil. O seu tempo de integralização é de 08 semestres. Visa a formação de pessoal qualificado para atuar nos diversos campos que possuem relação direta ou indireta com a produção, gestão, preservação, acesso e uso de documentos de instituições públicas e/ou privadas.

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG) é uma instituição pública sediada na cidade de Rio Grande destacando-se nos cursos ligados à ecossistemas costeiros e oceânicos com um museu referenciado denominado Museu Oceanográfico. Conta com 63 cursos de graduação e 47 programas de pós-graduação. Tem uma estrutura organizacional multicampi estendendo a sua atuação para outras três cidades.

O curso de arquivologia da FURG visa a formação de profissionais que possam atuar na gestão documental de instituições públicas e privadas inserindo-se como uma nova possibilidade de atuação para a comunidade na medida em que a cidade é detentora de diversos acervos documentais que necessitam de conservação e preservação. O perfil do egresso é de um profissional de formação multidisciplinar, com conhecimentos teóricos e práticos sobre o tratamento de arquivos correntes, intermediários e permanentes, independentemente do suporte da informação. O tempo de formação é de 08 semestres.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é uma instituição pública contando com quatro campi na capital Porto Alegre e várias outras unidades em cidades do interior do estado do Rio Grande do Sul. Seus prédios foram declarados Patrimônio Cultural do estado e dois deste foram tombados. Oferece

aproximadamente 100 cursos de graduação e atua no âmbito da pós-graduação.

O curso de arquivologia da UFRGS está vinculado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) e busca formar profissionais preparados para atuar na gestão, preservação e difusão de documentos e informações arquivísticas. Reconhecido nacionalmente pela sua excelência acadêmica, tem contribuído ativamente com o desenvolvimento da arquivologia no Brasil, mantendo forte diálogo com instituições da área, pesquisadores, profissionais e movimentos sociais. O curso é presencial e tem dois tempos de integralização expostos no PPP, que é de 03 e de 04 anos de duração.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) é uma instituição pública considerada um dos principais centros de excelência do Brasil. Sua sede e a maioria de suas unidades encontram-se na cidade de Niterói no estado do Rio de Janeiro. Oferece 125 cursos de graduação na modalidade presencial e 09 em EAD e mais de 85 programas de pós-graduação stricto sensu.

O curso de arquivologia da UFF encontra-se no departamento de Ciência da Informação (GCI) e tem por pretensão formar profissionais capazes de gerenciar a informação registrada em qualquer formato ou suporte, produzida em função das atividades de organizações públicas, privadas e de pessoas físicas, capacitando-os para planejamento, organização e coordenação de serviços e instituições arquivísticas. A duração do curso mínima é de 08 semestres.

3.2 Procedimentos de Recolha de Dados

Inicialmente, para realizar o levantamento dos cursos existentes, aplicamos a listagem disponível no CONARQ.

Para a recolha de dados, foram utilizadas as informações oficiais de cada instituição disponibilizadas pelo modo virtual, por meio dos endereços eletrônicos de cada Universidade.

Alguns cursos, disponibilizavam a grade horária diretamente na página do curso, mas tiveram

casos, que para encontrar a informação, foi necessário irmos à página de outros cursos da universidade ou ainda, fazer o download do Projeto Político Pedagógico do curso.

Se ainda existiam dúvidas no processo da recolha, por não encontrarmos informações nem na página do curso e nem mesmo da instituição e ainda para informações que necessitavam de maiores esclarecimentos, contatamos a secretaria do departamento institucional, por meio do número de telefone disponibilizado na página oficial.

Em um segundo momento, para compor os tópicos primordiais (TP) e os tópicos subordinados (TS) do estudo, foi elaborada uma planilha pelo aplicativo do Excel, contendo 08 (oito) colunas com os seguintes assuntos: 1) Nome da instituição; 2) Nome do curso; 3) Endereço/ contacto; 4) Nome das disciplinas; 5) Conteúdo abordado; 6) Período; 7) Carga horária e; 8) Condição de oferecimento: Obrigatória ou optativa.

4 Análise dos Dados

Na grade curricular da UNIASSELVI, observamos 39 (trinta e nove) disciplinas ofertadas ao longo de seis semestres, do curso de Arquivologia, sendo que seis delas são optativas. Ainda que o objetivo do curso seja a capacidade de formar um profissional que acompanhe a evolução científica e tecnológica da profissão para um mercado promissor com o enfoque em centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural ou ainda prestar consultorias ou atuar em ONGs (organizações não governamentais), o curso não oferece especificamente em sua grade horária matriz de apresentação do curso, nenhuma disciplina voltada para o enfoque da sustentabilidade entretanto, ao acessarmos o PPP do curso, localizamos uma disciplina denominada: Estudo Contemporâneo e Transversal: Autonomia Intelectual, Relação de Consumo e Sustentabilidade com carga horária de 20 horas.

Na página oficial do curso, não encontramos a ementa das disciplinas, foi necessário acessar na instituição, no item documentos legais, o projeto político pedagógico do curso, composto por 334 (trezentas e trinta e quatro) páginas que continha itens de: Organização didático-pedagógica; dados sobre o corpo docente e tutorial e a infraestrutura.

A disciplina “Estudo Contemporâneo e Transversal: Autonomia Intelectual, Relação de Consumo e Sustentabilidade” encontra-se no módulo 6 e possui em seu conteúdo, um escopo teórico da autogestão, e autogoverno, resolução de problemas e tomada de decisões. Pensamento independente, criativo e crítico. Concepções teóricas do comportamento do consumidor. Cultura e ética. Teorias sociológicas e psicológicas influentes no comportamento do consumo de indivíduos. Consumo simbólico. Consumo e Sustentabilidade.

Destacamos ainda a existência de um núcleo denominado “Núcleo de Educação Ambiental e Sustentabilidade – NEAS” que tem como objetivo consolidar e fortalecer a política de educação ambiental e sustentabilidade do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Encontra-se vinculado a diversas instâncias e projetos institucionais de ensino, iniciação científica e extensão.

Na UnB, as informações que necessitávamos, estavam disponíveis diretamente na página do curso. Encontramos o manual do curso, o PPP, os planos de ensino e documentos como atas do colegiado e legislações oficiais.

Nos manuais do curso, não constava nenhuma disciplina voltada para o nosso objetivo de estudo. Ainda verificamos os planos de ensino e documentos referenciados aos arquivos corrente, intermediários e permanente e comunicados. Os manuais verificados foram dois, sendo um produzido no ano de 2010 e outro em 2017. Destacamos que analisamos inclusive os planos de ensino disponibilizados para o ano de 2023 que se encontravam disponíveis na página do curso.

No ano de 2023, a UNESP ofertou duas disciplinas optativas, voltadas para a

informação ambiental e sustentabilidade intituladas “Desenvolvimento Sustentável e Ciência da Informação” e “Informação Ambiental”, ambas contendo 30 horas/aula. os programas das disciplinas, se preocuparam em: reconhecer os fundamentos e princípios básicos concernentes à Informação Ambiental e sua importância para o profissional da Informação, relacionado à contextualização de uma perspectiva que gerasse uma discussão acerca da legislação ambiental brasileira; e propor ações de idealização de políticas públicas por meio da área da ciência da informação, que auxiliassem no âmbito do desenvolvimento sustentável, corroborando com as metas da agenda 2030. Foi possível a identificação das disciplinas tanto em documentos da estrutura curricular, como nos planos de ensino e no PPP. Todos estes, encontram-se disponíveis na página do curso. Identificamos ainda que o curso disponibiliza outras disciplinas optativas que podem ser cursadas em outros cursos da universidade.

Encontramos a página do curso de arquivologia da UEL bem estruturado, disponibilizando o projeto pedagógico (PPC), resoluções, deliberações, regulamentos e a matriz curricular. Verificamos disponibilizadas duas matrizes curriculares distinguidas como atual 2023 e anterior. Não identificamos nas matrizes disponibilizadas e tampouco na organização curricular, nenhuma disciplina relacionada ao nosso objetivo de pesquisa assim, precisamos localizar dentro do item resoluções e deliberações, o catálogo dos cursos de graduação que é elaborado anualmente e no qual consta as ementas das disciplinas por curso da universidade. Entretanto, ainda assim, não localizamos nenhuma disciplina com tal finalidade no curso de arquivologia.

Vale ressaltar que no documento mais atualizado do curso, na abertura do projeto pedagógico, verificamos uma menção de reformulação e que deveria ser implantado a partir do ano letivo de 2023, considerando diretrizes curriculares para a educação ambiental com foco na resolução CNE/CP de 15 de junho de 2012 e da Lei Estadual nº 17.505

de 11 de janeiro de 2013. Na página da pró-reitoria de graduação da UEPB, foi que encontramos o projeto pedagógico do curso de arquivologia. Não localizamos com fácil acesso em rede, a página do curso. Realizamos vários levantamentos institucionais e quando encontramos o Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, foi que observamos um link para “cursos” e na sequencia, “bacharelado em arquivologia”. Nesta página, se disponibilizava o endereço do site do curso e de algumas redes sociais, bem como uma lista de links com o nome dos docentes (Envio para a plataforma Lattes).

Na página do curso, haviam várias informações como infraestrutura, estrutura administrativa, horários, acesso à revistas e instituições de interesse. O projeto pedagógico, continha parágrafos específicos para: Campo de atuação, perfil e objetivos profissionais, competências, atitudes e habilidades e das atribuições do profissional arquivista. Foi em outro item, denominado matriz curricular é que encontramos as ementas das disciplinas oferecidas no curso.

Em dois momentos da matriz curricular da UEPB é que encontramos tópicos de sustentabilidade. No primeiro destaque, vimos o gerenciamento ambiental para a disciplina obrigatória de “Política de preservação e conservação de acervos documentais” e em um segundo momento em disciplina eletiva denominada “Desenvolvimento sustentável na prática arquivística” que oferece por meio de sua ementa o conteúdo de: Conceitos relativos à sustentabilidade do meio ambiente, suas relações com o setor produtivo e a influência para a competitividade das empresas modernas. Famílias de indicadores, que oferecem diferentes vantagens aplicáveis para análise de território, de ecossistemas, ao estudo da produção industrial e do ciclo de resíduos.

O curso da UFBA passou por reestruturação curricular no ano de 2023 e foi organizado em cinco eixos temáticos em prol de garantir a visão global e crítica dos discentes, preparando-os desde os aspectos teóricos aos aspectos práticos da profissão, de acordo com

as demandas da sociedade brasileira. O Projeto Pedagógico do Curso e sua matriz curricular envolvem aspectos técnicos, didáticos e metodológicos incorporadas as concepções sociais, políticas, culturais e científicas das ações de ensino. Encontramos a página do curso em área específica do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da UFBA pois na página oficial do Sistema integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), não se encontra nenhum conteúdo disponível.

O Projeto pedagógico da UFBA, encontra-se no item graduação/Arquivologia, dentro do site do ICI denominado como uma versão atualizada de 2017, porém neste documento, não encontramos nenhum tópico referenciado à informação ambiental. Na continuidade de nossos levantamentos nesta mesma instituição, localizamos em uma ferramenta específica da universidade denominada “meu horário UFBA” (moodle) a grade horária do curso. Analisando a ferramenta, acreditamos que encontre algum aspecto sobre ambientes nas disciplinas “Tópicos especiais em Arquivologia I, II, III, IV”, porém, não conseguimos nada mais detalhado sobre a sustentabilidade.

No site da UFPB, encontramos um link que nos direcionou para a página da coordenação do curso de arquivologia no Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Foi uma página interessante de análise, pois observamos conceitos fundamentais para a formação do profissional arquivista e uma lista de fácil acesso, para tópicos importantes ao curso como: Comitês, laboratórios, biblioteca, periódico, notícias de interesse, docentes, entre outros. No tópico Matriz curricular, identificamos a estrutura curricular, o fluxograma do curso e o PPP. Para o nosso contexto de sustentabilidade, percebemos uma disciplina optativa denominada “Sociologia do Desenvolvimento Sustentável”, que em sua ementa constava a questão desenvolvimento/subdesenvolvimento em teorias explicativas: imperialismo, modernização, dependência, centro-periferia. A nova divisão internacional do trabalho; integração de mercados; o conflito norte-sul. A

questão regional no Brasil. Nordeste e a divisão nacional do trabalho.

As disciplinas que compõem o currículo do curso enfatizam o tratamento dos documentos, que são instrumentos probatórios do funcionamento e das atividades de órgãos públicos, empresas privadas e indivíduos, compreendendo as etapas, processos e procedimentos implicados na produção, no uso, na manutenção e na destinação dos documentos para o arquivo permanente.

Recentemente, passou por uma ampla reforma curricular, que incorporou disciplinas com temáticas atuais, especialmente aquelas específicas para as novas tecnologias.

O site institucional da UFMG indica conteúdos recomendados em outros sites, inclusive um destes no direciona para a Escola de Ciências da Informação com os conteúdos de: Colegiados, regulamentos, estrutura curricular, planos de ensino e atas. No item Projeto pedagógico verificamos as disciplinas denominadas “Ação cultural e educação patrimonial” e “Memória e Patrimônio Cultural”. Ainda que não localizamos a temática requerida nos títulos das disciplinas, nas ementas foi possível observar a educação ambiental e a sustentabilidade.

Na UFSC, os planos de ensino e várias informações relevantes do curso, encontram-se disponibilizadas no site da própria instituição. As disciplinas se dividem em: Obrigatórias e optativas nas dimensões teóricas e práticas.

Conteúdos como horários, informações curriculares, editais, ambiente virtual moodle e projeto pedagógico, estão presentes também na página institucional da UFSM. Observamos que a página do curso é bem completa com informações necessárias e de agregação ao público interno e externo.

No site institucional do curso de arquivologia da UFAM, encontramos dois PPs e duas grades curriculares referenciados aos anos de 2009 e 2020. A estrutura curricular disponibiliza as atividades e conteúdos teórico-práticos da área com a finalidade de contribuir para formar

profissionais com as competências e habilidades projetadas no perfil dos seus egressos.

Verificamos na UFAM a disciplina “Educação ambiental e cidadania” que aborda estudos de questões educacionais relativas ao meio ambiente, considerando a inter-relação homem-natureza, especificamente no que se refere ao ambiente de vida das pessoas, dentro de uma abordagem inter e multidisciplinar dos aspectos: político, ético, econômico, social, ecológico, evolutivo, histórico e cultural.

Observamos tanto no site institucional da UFES como no da UFPA, a oferta de disciplinas e planos de ensino sendo que encontramos tão somente na ementa da disciplina da UFES “Preservação e conservação de documentos I” especificamente no referencial bibliográfico, duas indicações de literatura na área e meio ambiente. Paralelamente, na UFPA também foi encontrado na disciplina de “Projetos arquivísticos” um item no referencial bibliográfico.

Na própria página do curso de arquivologia da UFRGS, está disponibilizado o PPP. Identificamos a disciplina “Cultura, cidadania e ambiente”.

5 Resultados Finais

Desde 2015, foram concluídas as negociações que culminaram na adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em prol de orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional até o ano de 2030. Em 2016, o Brasil criou um decreto para a criação da Comissão Nacional para os ODS, com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030. Entretanto, em relatórios analíticos dos planos de ação, foi observado que nos quatro anos subsequentes, pouco foi alcançado. Assim, em 2023, se instituiu novamente a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS) porém, ampliando a sua composição.

Com vistas à observação das tratativas efetivadas no contexto brasileiro, foram analisadas as grades horárias e documentação

referenciada aos cursos, dos últimos 04 (quatro) anos.

Dentre as 17 instituições, 05 (cinco) possuem disciplinas em suas grades curriculares, sendo que duas delas oferecem diferentes nomenclaturas com dois conteúdos programáticos diferenciados cada. Outras duas universidades, permitem que o discente possa realizar a disciplina em outros cursos na forma de optativa, como no curso de Química Industrial, de Administração e Hotelaria sendo que os créditos podem ser considerados para a formação acadêmica (Figura 1).

Figura 1: Identificação na Possibilidade dos estudantes em cursar as Disciplinas



Fonte: Elaboração própria (2025).

Portanto, no total do universo de estudo, sete universidades oferecem no curso de Arquivologia, por grade curricular própria ou pela permissão da realização em cursos afins, disciplinas voltadas para a temática de sustentabilidade e/ou informação ambiental.

6 Considerações ao Estudo

O objetivo do estudo foi alcançado, uma vez que foi possível identificar que dentre as dezessete universidades que oferecem o curso de arquivologia no Brasil, sendo que destas, sete oferecem disciplinas com o conteúdo programático em temáticas ambientais conforme demonstrado na figura 2.

Figura 2: Análise dos Conteúdos em disciplinas ofertadas



Fonte: Elaboração própria (2025).

Interessante faz-se destacar, que das 17 universidades estudadas, 16 são públicas e apenas 01 é privada com ensino à distância. Também se percebeu que onze universidades (65%), possuem em seu escopo de projeto para existência do curso de arquivologia, a Lei que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, porém, não apresentam disciplinas específicas contendoementas para tal finalidade. Isso comprova, que mesmo entendendo a necessidade da educação ambiental, os cursos de Arquivologia, ainda precisam se adequar à legislação.

7 Referências

BRASIL. Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes no órgãos e entidades integrantes do Sisnama. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.

- BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>.
- Bellotto, H. L. (2008). Arquivos permanentes: tratamento documental. Editora FGV.
- Bertoldi, M. R.; Rosa, R. G . (2019). A concretização do direito à informação ambiental: o acesso à informação para a efetividade da cidadania socioambiental brasileira. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 233-257, set./dez. <https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/24448/24271>
- Capurro, R.; Hjorland, B. (2007). O conceito de informação. Perspectivas em Ciência da Informação, 12(1), 148-207. <https://www.scielo.br/j/pci/a/j7936SHkZJkpGHG5NYQXnC/?lang=pt>.
- Denzin, N. K.; Lincoln, Y.S. (2018). The SAGE Handbook of Qualitative Research. SAGE.
- Guimarães, R.; Fontoura, Y. (2012). Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. Cadernos Ebape, v. 10, artigo 3, Rio de Janeiro, set. <https://www.scielo.br/j/cebapec/a/zgc38BzxyVtgM4Trbps57xC/?format=pdf&lang=pt>
- Leff, H. (2014). Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Vozes.
- Machado, P. A. L. (2018). Direito à informação e meio ambiente. - 2. ed. rev., ampl. e atual. - São Paulo: Malheiros.
- Martins, R. (2024). Ciência da informação e problemática ambiental: aspectos conceituais e normativos da informação ambiental. Em C. G.Silva & J. Revez; L. Corujo. (Eds.), Diálogos na Ciência da Informação - Atas XIV Encontro EDICIC. (pp. 1241-1247). Colibri.
- Martins, R. (2005). A discussão internacional sobre desenvolvimento sustentável: de Estocolmo (1972) a Joanesburgo (2002). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- ONU. Organizações das Nações Unidas. (2015) Transformando o Nossa Mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2015. <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>
- ONU. Organizações das Nações Unidas. (1998). Convenção sobre acesso à informação, participação do público no processo da tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente. Aarhus. https://apambiente.pt/apa/conv_encao-de-aarhus
- Bohnsack, R. (2014). Documentary Method. Em Flick Uwe (Eds.), The Handbook of Qualitative Data Analysis (pp. 217-233). SAGE Publications.
- Roma, J. C. (2019). Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. Ciência e cultura, vol. 71 n. 1, São Paulo jan./mar. <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n1/v71n1a11.pdf>
- Sachs, I. (2011). Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Garamond.
- TORRANCE, H. (2018). Evidence, Criteria, Policy, and Politics: The Debate About Quality and Utility in Educational and Social Research. In: The SAGE Handbook of Qualitative Research
- UN - United Nations (2012). United Nations Conference on Sustainable Development (UNCSD). The Future We Want. <https://sustainabledevelopment.un.org/futurewewant.html>